

Relatório de Atividades 2005



comissão de
TURISMO E DESPORTO

No ano de 2005, a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados enfrentou grandes desafios e obteve enorme visibilidade, não só no âmbito do Congresso Nacional, como também em toda a mídia.

Logo no início do ano, os membros da CTD deliberaram sobre a excepcionalidade da fiscalização dos Conselhos Regionais de Educação Física aos profissionais de dança, artes marciais e ioga, seus instrutores, professores e academias. Para examinar o tema com isenção, a Comissão realizou audiência pública sobre o tema e depois, em reunião ordinária, aprovou o Projeto de Lei nº 7.370/02, que versava sobre o assunto.

A crise no futebol brasileiro, que surgiu com a denúncia de manipulação de resultados de jogos, motivou a realização de seis audiências públicas nas quais foram ouvidos os promotores do Ministério Público de São Paulo José Reinaldo Carneiro e Roberto Porto; o árbitro de futebol Paulo José Danelon; o Presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo Del Nero; o Presidente da ANAF, José de Assis Aragão; o empresário de jogos Nagib Fayad; o Vice-Presidente da Federação Paulista de Futebol, Reinaldo Carneiro Bastos; o ex-árbitro Sidrak Marinho; o ex-árbitro Dacildo Mourão; e o árbitro João Paulo Araújo.

No âmbito do turismo nacional, representamos a Comissão de Turismo e Desporto em diversos programas televisivos para falar sobre o tema e participamos do Encontro Técnico em Poconé/MT, em agosto deste ano, que resultou na Carta do Pantanal. Fizemos parte, ainda, do 33º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e da Feira das Américas – ABAV/2005, ambos realizados no Rio de Janeiro.

A internacionalização do Aeroporto de Parnaíba/PI também foi assunto de audiência pública. Neste evento estiveram presentes os Governadores José Wellington Barroso de Araújo, do Piauí, e José Reinaldo Carneiro Tavares, do Maranhão. Representando o Estado do Ceará, participou Allan Pires de Aguiar, Secretário de Turismo. O Ministério do Turismo foi representado por Suzana Dieckmann, Diretora do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, e a Infraero, por Márcia Roquete, Assessora da Presidência.

O Dia Mundial do Turismo, em setembro deste ano, foi festejado com grandes eventos que incluíram a realização de palestras, exposições e lançamento de selo comemorativo. Em outubro, a CTD realizou audiência pública sobre o Projeto “Excelência em Turismo – aprendendo com as melhores experiências internacionais”. A reativação de ferrovias também foi tema de audiência pública.

Os Jogos Panamericanos foram objeto de audiência pública que contou com a participação do Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino Neto, e de Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro. Para falar sobre o orçamento dos Jogos Pan-americanos, participaram do evento Carlos Roberto Osório, Secretário-Geral do Comitê Organizador, CO-RIO, e José Roberto Miranda Périllier, responsável pelo Departamento Técnico do Comitê. Os Deputados Deley (PSC/RJ), André Figueiredo (PDT/CE) e Vadinho Baião (PT/MG), integraram Grupo Parlamentar de visita às obras dos Jogos Panamericanos – RIO/2007.

Todas estas realizações somente foram possíveis com o apoio eficaz e profissional do corpo técnico da Comissão de Turismo e Desporto, aos quais agradeço o afinho e a dedicação. Sob a direção da nossa Secretária de Comissão, Iracema Marques, trabalharam os seguintes servidores: Fátima Palmeira, Edilson Holanda, Paula Nakamura, Alexandre da Costa, Márcia Cristina Abreu, Paulo Vieira, Assessor Técnico, e Cláudia Spessatto, Assessora de Imprensa da CTD.

Deputado **Antonio Cambraia**
Presidente



Presidente
Deputado ANTONIO CAMBRAIA
PSDB-CE



Primeiro Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
PDT-CE



Segundo Vice-Presidente
Deputado MARCELO TEIXEIRA
PMDB-CE



Terceiro Vice-Presidente
Deputado MARCIO REINALDO MOREIRA
PP-MG

Titulares

PT

Gilmar Machado - MG

Ivo José - MG

Vadinho Baião - MG

Bloco PFL, PRONA

Cláudio Cajado - BA

PSDB

Alberto Goldman - SP

Antonio Cambraia - CE

Bismarck Maia - CE

Marcelo Teixeira - CE

PP

Márcio Reinaldo Moreira - MG

PTB

Alceste Almeida - RR

Alex Canziani - PR

Cleuber Carneiro - MG

José Chaves - PE

Josué Bengtson - PA

Ricarte de Freitas - MT

PPS

Fernando Estima - SP

PSB

Edinho Montemor - SP

PDT

André Figueiredo - CE

PSC

Deley - RJ

Suplentes

PT

Mariângela Duarte - SP

Orlando Desconsi - RS

Simplício Mário - PI

PMDB

Edison Andrino - SC

Luiz Bittencourt - GO

Bloco PFL, PRONA

Eduardo Sciarra - PR

Fábio Souto - BA

José Rocha - BA

Marcelo Guimarães Filho - BA

PSDB

Hamilton Casara - RO

Jutahy Junior - BA

Silvio Torres - SP

PP

Ildeu Araujo - SP

Pedro Henry - MT

PTB

José Militão - MG

Jovair Arantes - GO

Marcus Vicente - ES

Philemon Rodrigues - PB

PSB

Dr. Ribamar Alves - MA

Proposições Apreciadas na Comissão no período de 01/01/05 a 31/12/05

4. proposições apreciadas

PL 4.203/2004 – do Sr. RONALDO VASCONCELLOS - Altera o artigo 19 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto do Torcedor.

Parecer do relator, Dep. Marcelo Guimarães Filho, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 30/03/05.

PL 2.964/2004 – do Sr. WLADIMIR COSTA - Dispõe sobre a criação do Vale Turismo, nas condições que especifica.

Parecer do relator, Dep. Marcelo Teixeira, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 13/04/05.

PL 7.370/2002 – do Sr. LUIZ ANTONIO FLEURY - Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998.

Parecer do relator, Dep. Josué Bengtson, pela **aprovação** do Projeto, nos termos do Substitutivo Comissão de Educação e Cultura, e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2 apresentadas na Comissão.

Aprovado o parecer contra os votos dos Deputados Claudio Cajado e André Figueiredo em 04/05/05. Apresentaram votos em separado os Deputados André Figueiredo, Gilmar Machado e Claudio Cajado.

PLP 236/2005 - do Sr. JOÃO LYRA - Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.

Parecer do relator, Dep. José Chaves, pela **aprovação**, com emenda.

Aprovado por unanimidade o parecer em 04/05/05.

PL 4.642/2004 – do Sr. ALEX CANZIANI - Altera o art.1º da Lei 8.989, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.690, de 2003.

Parecer do relator, Dep. Bismarck Maia, pela **aprovação**, com substitutivo.

Aprovado por unanimidade o parecer em 01/06/05.

PL 1.367/2003 – do Sr. BISMARCK MAIA - Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

Parecer do relator, Dep. Josué Bengtson, pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 1.367/03 e dos PL's nºs 1.663/03, 4.207/04, e 4.306/04, apensados, e pela **aprovação** do PL nº 2.331/03, apensado, com Substitutivo.

Aprovado por unanimidade o parecer, com complementação de voto, em 22/06/05.

PL 4.903/2005 – da Sra. MANINHA - Dispõe sobre as cores do uniforme de atletas e seleções que representem o Brasil em competições internacionais.

Parecer do relator, Dep. Gilmar Machado, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 22/06/05.

PDC 1.627/2005 – da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo de Cooperação, na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli, em 25 de janeiro de 2004.

Parecer do relator, Dep. Cleuber Carneiro, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 22/06/05.

PL 4.644/2004 – do SENADO FEDERAL - CESAR BORGES - Altera os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira.

Parecer do relator, Dep. José Rocha, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 03/08/05.

PL 4.914/2005 – do Sr. RUBINELLI - Acrescenta dispositivo na Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para proibir o acesso aos locais onde são realizados os eventos esportivos de torcidas organizadas.

Parecer do relator, Dep. Vadinho Baião (PT-MG), com complementação de voto, pela **aprovação**, com emenda.

Aprovado parecer em 03/08/05.

PL 5.524/2005 - do Sr. PEDRO CANEDO - “Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências”

Parecer do relator, Deputado Marcelo Guimarães Filho, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.524/05 e pela **rejeição** do PL nº 5.541/05, apensado, e das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

Aprovado o parecer, com complementação de voto, contra os votos dos Deputados Antonio Cambraia e Silvio Torres em 10/08/05.

PL 2.977/2004 - do Sr. EDUARDO CUNHA - Cria a obrigatoriedade de realização de exames médicos trimestrais para os atletas brasileiros a fim de verificar a saúde, e cria a Comissão Esportiva de Prevenção e Assistência de Acidentes Desportivos - CEPAAD.

Parecer do relator, Dep. Alceste Almeida, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.977/04 e do PL nº 2.996/04, apensado, com Substitutivo, e pela **rejeição** do PL nº 2.995/04, apensado.

Aprovado por unanimidade o parecer em 14/09/05.

PDC 1.758/2005 – da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 3 de dezembro de 2003, em Damasco.

Parecer do relator, Dep. Marcelo Teixeira, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 21/09/05.

PL 2.187/2003 – do Sr. RONALDO VASCONCELLOS - Dispõe sobre o registro obrigatório das empresas organizadoras de eventos no órgão competente.

Parecer do relator, Dep. Bismarck Maia, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.187/03, com emenda, e pela **rejeição** do PL nº 2.411/03, apensado.

Aprovado por unanimidade o parecer em 05/10/05.

PDC 1.838/2005 – da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana

Parecer do relator, Dep. Ivo José, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 26/10/05.

PDC 1.913/2005 – da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004.

Parecer do relator, Dep. Fernando Estima, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 23/11/05.

PLP 308/2005 - do Sr. CARLOS SOUZA - Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Manaus e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Manaus.

Parecer do relator, Dep. Alceste Almeida, pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 14/12/05.

PL 3.348/2004 - do Sr. AUGUSTO NARDES - Proíbe a celebração de contrato com outra entidade de prática desportiva que não aquela com a qual tiver celebrado seu primeiro contrato, antes dos vinte e cinco anos de idade.

Parecer do relator, Dep. Gilmar Machado, pela **rejeição**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 09/03/05.

PL 3.980/2004 - do Sr. IVAN RANZOLIN - Institui o Programa Atleta Olímpico.

Parecer do relator, Dep. Orlando Desconsi, pela **rejeição**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 09/03/05.

PL 3.477/2000 - do Sr. RONALDO VASCONCELLOS - Especifica que os programas de incentivo ao turismo financiados, no todo ou em parte, por instituições financeiras oficiais deverão considerar normas e padrões de qualidade e de responsabilidade ambiental comprovados e reconhecidos.

Parecer do Relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), pela **rejeição**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 18/05/05. Apresentou voto em separado o Deputado Claudio Cajado.

PL 1.276/2003 – do Sr. RENATO COZZOLINO - Proíbe os órgãos públicos, as sociedades de economia mista, as autarquias e os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de favorecer o desporto internacional com destinação de doações, promoções e patrocínios, e dá outras providências.

Parecer do relator, Dep. André Figueiredo, pela **rejeição**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 18/05/05.

PL 3.359/2004 – do Sr. RONALDO VASCONCELLOS - Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências”

Parecer do relator, Dep. Edinho Montemor, pela **rejeição**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 18/05/05.

PL 4.783/2005 – do Sr. BISMARCK MAIA - Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microcrédito do Turismo.

Parecer do relator, Dep. Alex Canziani, pela **rejeição**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 05/10/05.

PL 2.264/1999 – da Sra. MARINHA RAUPP - Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

Parecer do relator, Dep. Vadinho Baião, pela **rejeição**.

Aprovado por unanimidade o parecer em 07/12/05.

PL 140/2003 – do BISMARCK MAIA - Altera os artigos 3º e 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “ institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

Parecer do relator, Dep. André Figueiredo, pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 140/03 e dos PLs nºs 973/03, 2.141/03, 3.178/04 e 3.979/04, apensados.

Aprovado por unanimidade o parecer em 07/12/05.

Req Nº	Autor	Ementa/Convidados (no requerimento)		Convidados que compareceram (Se for Aud. Pública)	Realização	Obs.
79/ 05	Antonio Cambraia	Solicita que seja convidado o Ministro do Turismo para expor e debater, em Audiência Pública, a Lei Geral do Turismo e as políticas públicas de seu Ministério para o ano de 2005.	09/03/05	<ul style="list-style-type: none"> - Walfrido dos Mares Guia; - Milton Zuanazzi, Secretário de Políticas do Ministério do Turismo; - Eduardo Sanovicz, Presidente da Embratur, e - Márcio Favilla, Secretário Executivo do Ministério do Turismo. 	06/04/05	
80/ 05	Ivo José	<p>Solicita à Comissão de Turismo e Desporto a realização de Audiência Pública para discutir a adoção do Código de Conduta do Turismo Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Brasil.</p> <p>Convidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministro Walfrido dos Mares Guia; • Ministro Nilmário Miranda; • Sra. Ana Paula Felizardo; • Sr. Roberto Smith; • Dep. Maria do Rosário; • Dep. Érica Kokay. 	16/03/05	<ul style="list-style-type: none"> - Sr. Sidney Costa, Coordenador de Turismo Sustentável e Infância (repres. o Sr. Walfrido dos Mares Guia) - Socorro Tabosa, Assessora de Gabinete (repres. do Sr. Nilmário Miranda) - Deputada Federal Maria do Rosário; - Deputada Distrital Érika Kokay; - Sra. Ana Paula Felizardo, Presidente da ONG Resposta. 	11/05/05	
81/ 05	André Figueiredo	<p>Solicita a realização de audiência pública para subsidiar a discussão do Projeto de Lei 7.370, de 2003, que "acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998", excepcionando da fiscalização dos conselhos de educação física os profissionais de danças, artes marciais e ioga, seus instrutores, professores e academias.</p> <p>Convidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sr. Jorge Steinhilber ; • Sr. Marley Mendonça; • Sra, Dulce Aquino; • Sra. Carla Ribeiro. 	16/03/05	<ul style="list-style-type: none"> - Sr. Jorge Steinhilber , Presidente do Conselho Federal de Educação Física; - Sr. Marley Mendonça, Presidente da Confederação Brasileira de Cultura e Artes Marciais; - Sra, Dulce Aquino, Diretora do Fórum Nacional de Dança; - Sra. Carla Ribeiro, representante de Artes Marciais (tetracampeã mundial de karatê). 	29/03/05	

5. requerimentos apresentados

Req Nº	Autor	Ementa/Convidados (no requerimento)		Convidados que compareceram (Se for Aud. Pública)	Realização	Obs.
82/ 05	Telma de Souza e Gilmar Machado	Requer a realização de Audiência Pública entre a Subcomissão Permanente de Portos, Aeroportos, Marinha Mercante e Aviação Civil e a Comissão de Turismo e Desporto para tratar de Portos, Terminais Turísticos e Marinas na Costa Brasileira. Convidados: • Representantes governamentais de empresas e trabalhadores da área.	30/03/05	<ul style="list-style-type: none"> Cláudio Brasil Amaral; José Fidelis Farno; Farid Said Madi; Marcos Acioli; Reinaldo Loureiro. 	21/09/05	Conjunta com a Comissão de Viação e Transportes.
83/ 05	André Figueiredo	Solicita a realização de Audiência Pública com os Senhores Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro e Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro para tratar dos planos e projetos para 2005.	30/03/05	<ul style="list-style-type: none"> Vital Severino Neto; Carlos Arthur Nuzman. 	19/10/05	Atendido o Requerimento nº 95/05 também.
84/ 05	Marcelo Teixeira	Requer que seja convidado o Sr. Guilherme Paulas Presidente da CVC, para expor a Programação da CVC para o ano de 2005.	30/03/05	-----	-----	Cancelada.
85/ 05	Márcio Reinaldo Moreira	Solicita que seja convidado o Diretor do Departamento de Relações Internacionais, da Secretaria de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes (Sr. Afonso Carneiro Filho), para discorrer sobre assuntos pertinentes à reativação dos transportes ferroviários em todo o território nacional.	13/04/05	<ul style="list-style-type: none"> Sr. Afonso Carneiro Filho 	08/06/05.	
86/ 05	Gilmar Machado	Manifestações de cunho racista no ambiente esportivo. • Atletas; • Dirigentes esportivos e • Representantes de organizações da sociedade civil que trabalhem com atividades esportivas.	-----	-----	-----	Audiência conjunta com a Comissão de Direitos Humanos.
87/ 05	Ivo José	Requer a inclusão do nome da deputada Érica Kokay (PT-DF) entre os convidados para a Audiência Pública da Comissão de Turismo e Desporto do dia 11 de maio próximo, às 10 horas, no plenário 5.		-----	-----	Atendido
88/ 05	Marcelo Teixeira	Reunião de Audiência Pública para ouvir o Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Dr. Jerson Kelman, sobre o aumento das tarifas de energia elétrica. Jerson Kelman, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	-----	-----	-----	O Dep. Marcelo Teixeira desistiu, já que a Comissão de Finanças e Tributação já fez audiência com teor idêntico.

89/ 05	Márcio Reinaldo Moreira	Solicita que seja encaminhada ao Tribunal de Contas da União consulta acerca de uma parceria entre a INFRAERO e a Futebol Brasil Associados - FBA, visando o patrocínio do esporte brasileiro.	01/06/05	-----	-----	Encaminhado ao Sr. Adylson Mota, Presidente do Tribunal de Contas da União, por meio do Of. P. 62/05.
90/ 05	José Militão	Para que seja realizado o "VIII Fórum Nacional de Capoeira", sob a promoção da Comissão de Turismo e Desporto, quando se debaterá o desenvolvimento da Capoeira como Manifestação Cultural, Desporto de Criação Nacional e Identidade Cultural Brasileira, objetivando formular e consolidar a Política Nacional de Desenvolvimento da Capoeira.	22/06/05	-----	29/11 a 01/12	
91/ 05	José Militão	Para que a Comissão de Turismo e Desporto envie ofício ao Comitê Olímpico Brasileiro e à Comissão Organizadora dos Jogos Panamericanos de 2007, solicitando inclusão da comissão representativa do desporto capoeira na programação dos referidos jogos, como modalidade de Desporto de Criação Nacional e Identidade Cultural Brasileira.	22/06/05	-----	22/06/05	Ofício nº 68/05 encaminhado ao Sr. Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, em 22/06/2005.

92/05	Antonio Cambraia	<p>Solicita que sejam convidados os Srs. JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO, Governador do Estado do Piauí, JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Governador do Estado do Maranhão, LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA, Governador do Estado do Ceará, WALFRIDO DOS MARES GUIA NETO, Ministro do Turismo, e CARLOS WILSON CAMPOS, Presidente da Infraero, para participarem de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de discutir a internacionalização do aeroporto de Parnaíba/PI.</p> <ul style="list-style-type: none"> • José Wellington Barroso de Araújo, Governador do Estado do Piauí, • José Reinaldo Carneiro Tavares, Governador do Estado do Maranhão, • Lúcio Gonçalves de Alcântara, Governador do Estado do Ceará, • Walfrido dos Mares Guia Neto, Ministro do Turismo, e • Carlos Wilson Campos, Presidente da Infraero. 	22/06/05	<ul style="list-style-type: none"> – José Reinaldo Tavares, Governador do Estado do Maranhão; – José Wellington Barroso de Araújo, Governador do Estado do Piauí; – Allan Pires de Aguiar, Secretário de Turismo do Estado do Ceará; – Suzana Dieckmann, Diretora do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, do Ministério do Turismo; – Marcia Roquete, Assessora da Presidência da Infraero; e – José Amilton Castelo Branco, Prefeito de Parnaíba/PI. 	31/08/05.		
93/05	Alberto Goldman	<p>Solicita seja convocado o Sr. Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Ministro de Estado do Turismo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre critérios de nomeação para cargos em comissão de Secretários e Diretores de Departamentos, de seu Ministério, bem como dos dirigentes das entidades vinculadas.</p>	Retirado de pauta pelo autor em 10/08/05.	-----	-----		
94/05	Alberto Goldman	<p>Solicita seja convocado o Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho, Ministro de Estado do Esporte, para prestar esclarecimentos sobre critérios de nomeação para cargos em comissão de Secretários e Diretores de Departamentos, de seu Ministério, bem como dos dirigentes das entidades vinculadas.</p>	Retirado de pauta pelo autor em 10/08/05.	-----	-----		
95/05	Antonio Cambraia	<p>Projeto e previsão orçamentário do Pan Rio 2007.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizadores dos Jogos Pan-americanos Rio 2007. 	03/08/05	<ul style="list-style-type: none"> – Vital Severino Neto – Carlos Arthur Nuzman 	19/10/05	Atendido o Requerimento nº 83/05 também.	

96/05	Edison Andrino	Requer a realização de Audiência Pública para analisar a possibilidade de unificação do calendário escolar. – Representantes do Ministério da Educação, – do Conselho Nacional de Educação, do Ministério do Turismo, – do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, – das Secretarias de Educação dos Estados de Minas Gerais, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de São Paulo, – outros.	31/08/05	-----	23/11/05	-----
97/05	Cleuber Carneiro	Dia Mundial do Turismo – Walfrido dos Mares Guia, Ministro do Turismo; – Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro dos Transportes – Norton Luiz Lenhart, CNC	31/08/05	CANCELADA em virtude da eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados.	-----	-----
98/05	André Figueiredo	Requer a realização de Audiência Pública para apresentar o Projeto Excelência em Turismo: aprendendo com as melhores experiências internacionais. Convidados: – Eduardo Sanovicz, Presidente da EMBRATUR; – Ailton Nogueira Pereira Jr, Diretor de Turismo e Lazer e Incentivo da EMBRATUR; – Israel Waligora, Diretor Sócio Ambiental – BRAZTOA e – Daniela Bitencourt, Coordenadora do projeto - SEBRAE Nacional,	31/08/05	Os mesmos	18/10/05	-----
99/05	Ivo José	Solicita seminário nacional sobre “A Adoção do Código de Conduta do Turismo Contra a Exploração Sexual infantil-juvenil no Brasil”.	14/09/05	-----	-----	-----
100/05	Ricarte de Freitas	Solicita que seja convidado o Senhor Roland de Bonadona, Presidente da Hotelaria Accor Brasil e Diretor da FOHB - Forum de Hotelaria do Brasil, para Audiência Pública - Expansão e Programa de Investimentos em Hotelaria e Turismo no Brasil.	14/09/05	-----	-----	-----
“100-A/05”	“Ricarte de Freitas”	Acrescenta o Sr. Eraldo Alves da Cruz, Presidente da ABIH para o Req. acima.	14/09/05	-----	-----	-----

101/05	José Militão	Requerer a realização de Ciclo de Palestras em comemoração ao Dia Mundial do Turismo.	14/09/05	-----	26/09/05	
102/05	Alceste Almeida	Requer a realização de Seminário em conjunto com a Haverimbril – I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural, Científico e de Turismo e Desporto com o Estado de Israel.	21/09/05	-----	-----	
103/05	Silvio Torres	Requer a convocação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva para prestar esclarecimentos na Comissão de Turismo e Desporto.	05/10/05	-----	-----	
104/05	Silvio Torres	Requer a convocação do Presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo del Nero, para prestar esclarecimentos na Comissão de Turismo e Desporto.	05/10/05	- Marco Polo Del Nero - José de Assis Aragão	27/10/05	
105/05	Silvio Torres	Requer a convocação do juiz de futebol Edilson Pereira de Carvalho para prestar esclarecimentos na Comissão de Turismo e Desporto.	05/10/05	-----	-----	
106/05	Sivio Torres	Requer a convocação do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol Ricardo Teixeira.	05/10/05	-----	-----	
107/05	Silvio Torres	Requer a convocação do empresário de apostas Nagib Fayad para prestar esclarecimentos na Comissão de Turismo e Desporto.	05/10/05	- Nagib Fayad	09/11/05	
108/05	Silvio Torres	Requer seja convocado o juiz de futebol Paulo José Danelon para prestar esclarecimentos na Comissão de Turismo e Desporto.	05/10/05	- Paulo José Danelon	25/10/05	
109/05	Marcus Vicente	Requer que seja convidado o Vice – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Nabi Abi Chedid para prestar esclarecimentos sobre o “escândalo do apito”.	09/11/05	-----	-----	
110/05	Marcus Vicente	Requer que seja convidado o Vice – Presidente da Federação Paulista de Futebol, Reinaldo Rocha Carneiro Bastos para prestar esclarecimentos sobre o “escândalo do apito”.	26/10/05	- Reinaldo Rocha Carneiro Bastos	10/11/05	
111/05	Sivio Torres	Solicita convidar o Sr. Oscar Schmidt, Presidente da Nossa Liga de Basquete – NLB e o Sr. Gerasime Nicolas Bozikis, Presidente da Confederação Brasileira de Basquete – CBB.	26/10/05	- Oscar Schmidt - Hortência Marcari	30/11/05	
112/05	Marcus Vicente	Requer que sejam convidados todos os Ex- árbitros e Árbitros em exercício do quadro internacional da FIFA.	09/11/05	- Sidrack Marinho - Francisco Dacildo Mourão - João Paulo Araújo	01/12/05	

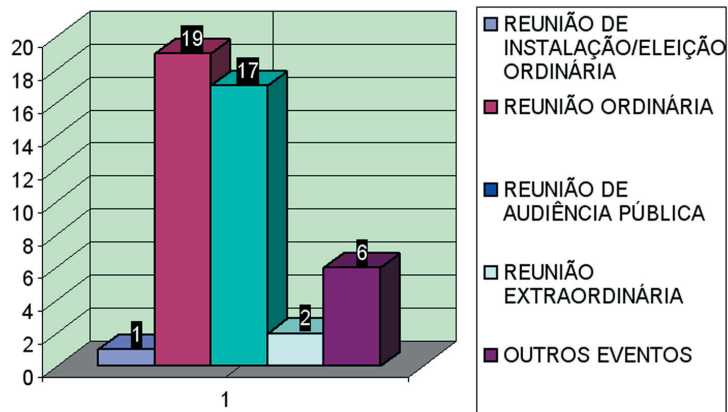
113/ 05	André Figueiredo	Solicito a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o trabalho da Comissão Paz no Esporte, instituída pelo Ministério do Esporte.	26/10/05	<ul style="list-style-type: none"> Marco Aurélio Klein Tenente-Coronel Marco Marinho Rodrigo Terra José Reinaldo Carneiro Bastos Murilo Kieling Heloísa Helena Baldy dos Reis 	24/11/05	
114/ 05	Antonio Cambraia	Requer a realização do VII CBRATUR - Congresso Brasileiro da Atividade Turística.	09/11/05	----	29/11/05	----
115/ 05	Deley	Requer seja formado um Grupo de Parlamentares desta Comissão de Turismo e Desporto, para uma visita às obras que estão sendo realizadas na cidade do Rio de Janeiro referentes aos Jogos Panamericanos – PAN/2007 , em data a ser agendada, para que se tome conhecimento da situação em que estas se encontram, como também, dos investimentos de ordem financeira a elas destinados.	16/11/05	----	----	----
116/ 05	Jovair Arantes	Solicita apresentação de emenda da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária para 2006 – PLN 40/05-CN.		----	----	----
117/ 05	Antonio Cambraia	Requer a realização de Audiência Pública com pessoas e entidades de desporto sobre a importância dos esportes genuinamente brasileiros.	23/11/05	----	----	----
118/ 05	André Figueiredo	Requer seja formado um grupo de Parlamentares desta Comissão de Turismo e Desporto, para apurar ações de violência nos estádios de futebol e fora deles, mais precisamente por ocasião do Jogo Botafogo(RJ) e Fortaleza(CE), realizado no último dia 04 de dezembro, que culminou com vítimas baleadas e uma morte. Este grupo ficará responsável também por trabalhar juntamente com a Comissão Paz no Esporte, instituída pelo Ministério do Esporte e assim definir com a máxima urgência, mecanismos que previnam tragédias deste tipo e punam exemplarmente seus responsáveis.	07/12/05	----	----	----

TITULARES	MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS	MATÉRIAS RELATADAS	MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER	EMENDAS OFERECIDAS	REQUERIMENTOS	COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES (39)	OBSERVAÇÕES
ALBERTO GOLDMAN	-	-	-	-	2	-	
ALCESTE ALMEIDA	2	2	-	-	1	22	
ALEX CANZIANI	1	1	-	-	-	24	
ALICE PORTUGAL	-	-	-	-	-	5	Foi membro de 13/04/05 a 05/05/05
ANDRÉ FIGUEIREDO	10	3	7	-	4	37	
ANTONIO CAMBRAIA	-	-	-	-	5	38	
BISMARCK MAIA	2	1	1	1	-	31	Justificou a ausência em 13/04, 22/06 e 03/08
CLÁUDIO CAJADO	-	-	-	-	-	16	
CLEUBER CARNEIRO	2	1	1	-	-	11	
DELEY	-	-	-	-	1	17	
EDINHO MONTE MOR	2	1	1	-	-	16	
FERNANDO ESTIMA	1	1	-	-	-	15	Justificou a ausência em 24/11
GILMAR MACHADO	1	1	-	-	3	25	
IVO JOSÉ	1	1	-	-	3	28	
JOSÉ CHAVES	1	1	-	1	-	15	
JOSUÉ BENGTON	1	3	-	-	-	32	Justificou a ausência em 16/11
MARCELO TEIXEIRA	3	2	1	-	3	26	
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	1	1	-	-	2	22	
RENILDO CALHEIROS	-	-	-	-	-	-	Foi membro de 02/03/05 a 08/03/05
RICARTE DE FREITAS	1	-	1	-	-	18	
VADINHO BAIÃO	3	2	1	2	-	34	

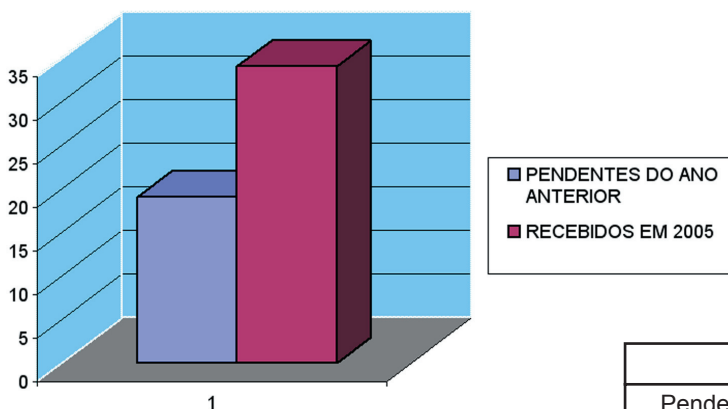
6. atuação dos membros

SUPLENTE	MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS	MATÉRIAS RELATADAS	MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER	EMENDAS OFERECIDAS		COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES (39)	OBSERVAÇÕES
DR. RIBAMAR ALVES	-	-	-	-	-	8	
EDISON ANDRINO	-	-	-	-	1	17	
EDUARDO SCIARRA	-	-	-	-	-	28	
FÁBIO SOUTO	-	-	-	-	-	10	Justificou a ausência em 11/05
HAMILTON CASARA	-	-	-	-	-	16	
ILDEU ARAÚJO	-	-	-	-	-	24	
JOSÉ MILITÃO	-	-	-	-	3	19	
JOSÉ ROCHA	1	1	-	-	-	12	
JOVAIR ARANTES	-	-	-	-	1	5	
JUTAHY JÚNIOR	-	-	-	-	-	1	
LUIZ BITTENCOURT	-	-	-	-	-	17	
MARCELO GUIMARÃES FILHO	1	1	-	3	-	23	
MARCUS VICENTE	-	-	-	-	3	25	
MARIANGELA DUARTE	-	-	-	-	-	14	
MORAES SOUZA	-	-	-	-	-	-	Foi membro de 07/03/ 05 a 16/05/05
ORLANDO DESCONSI	1	1	-	-	-	14	
PEDRO HENRY	-	-	-	-	-	1	
PHILEMON RODRIGUES	-	-	-	-	1	11	
SILVIO TORRES	4	2	2	-	6	32	
SIMPLÍCIO MÁRIO	-	-	-	-	-	8	

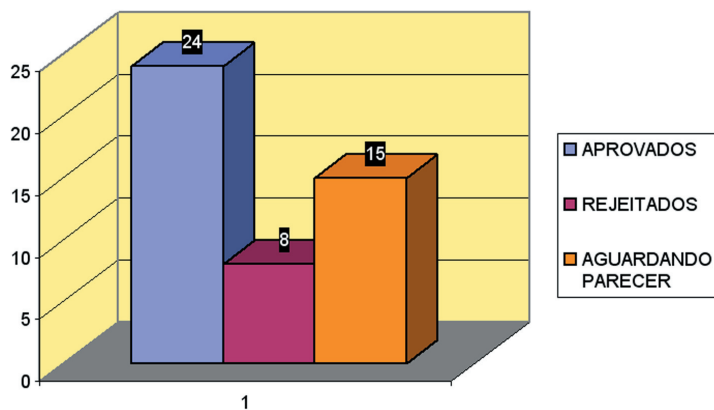
7. tabelas de dados



Reuniões	Quantidade
Reunião de Instalação e Eleição	1
Reunião Ordinária	19
Reunião de Audiência Pública	17
Reunião Extraordinária	2
Outros Eventos	6
TOTAL	45



Proposições	
Pendentes do Ano Anterior	Recebidos em 2005
19	34



Proposições				
Aprovados	Rejeitados	Aguardando Parecer	Aguardando Designação	Aguardando Apreciação
24	8	15	3	3

Projeto de Lei n 7.370/2002

Audiência Pública realizada em 29 de março

Tema:

Discussão do **PL nº 7.370, de 2002**, que “acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998”, excepcionando da fiscalização dos Conselhos de Educação Física os profissionais de danças, artes marciais e ioga, seus instrutores, professores e academias.

Autor do Requerimento:

Deputado André Figueiredo

Convidados:

- Carla Ribeiro, Tetracampeã Mundial de Karatê;
- Dulce Aquino, Diretora do Fórum Nac. de Dança;
- Jorge Steinhilber, Pres. do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF); e
- Marley Mendonça, Presidente da Confederação Brasileira de Cultura e Artes Marciais.

Nesta audiência, profissionais das áreas de dança, artes marciais, capoeira e ioga defenderam a definição de critérios mais claros para diferenciar modalidades artísticas e culturais das atividades com intuito desportivo e de condicionamento físico, delimitando assim a atuação fiscalizatória do Confef.

O presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, afirmou que o órgão não é contra a proposta e também quer uma definição melhor dos termos para diferenciar as modalidades artísticas e culturais das demais. Ele defendeu ainda a preocupação da entidade com a realização de atividades físicas em academias sem orientação adequada. O Dep. Claudio Cajado defendeu a mesma idéia e afirmou que apresentou uma emenda para garantir a diferenciação entre as atividades de cunho cultural e aquelas realizadas com objetivo de condicionamento físico.

A Dep. Alice Portugal, relatora da proposta na



Professora Dulce Aquino



Mendonça, Steinhilber, Dep. A. Cambraia e Ribeiro

Comissão de Educação e Cultura, afirmou que é preciso uma clareza maior da função do CONFEF para os profissionais da área. Ela criticou qualquer fiscalização desse órgão sobre o que definiu como “artes e ofícios de notório saber”. Segundo ela, os profissionais da dança, yoga, artes marciais e capoeira têm capacidade de regular suas próprias atividades, que têm características diferentes das atividades de educação física.

Para o autor do projeto, deputado Luiz Antônio Fleury, o CONFEF nunca teve atribuição legal para fiscalizar essas modalidades: “São manifestações culturais e a fiscalização deve ser feita pelo Ministério da Educação”. O deputado informou que só apresentou a proposta por causa dos abusos cometidos pelos Conselhos contra profissionais da dança.

Dulce Aquino e Carla Ribeiro defenderam que não haja qualquer tipo de fiscalização sobre essas atividades por parte do CONFEF. Dulce afirmou que a dança tem sua própria organização, contando, inclusive, com cursos de graduação.

O deputado André Figueiredo defendeu a regulamentação das profissões das áreas de dança, artes marciais, ioga e capoeira para evitar a presença de professores não qualificados ministrando aulas.

Atletas, professores de educação física, bailarinos e praticantes das artes marciais e da yoga acompanharam os debates.

Lei Geral do Turismo

Audiência Pública realizada em 6 de abril

Tema:

Debater o **Anteprojeto da Lei Geral do Turismo** e as Políticas Públicas do Ministério para 2005.

Autores do Requerimento:

Deputados Antonio Cambraia, André Figueiredo, Gilmar Machado e Marcelo Teixeira.

Convidado:

Ministro de Estado do Turismo, Walfrido dos Mares Guia.



Mares Guia, Dep. A. Cambraia e Favilla

O Ministro apresentou, durante esta Audiência Pública, um breve histórico do panorama onde o Anteprojeto da Lei Geral do Turismo foi fomentado, detalhando vários conflitos que vinham crescendo dentro do setor, bem como

as soluções que vêm sendo encontradas nas discussões para a elaboração do Anteprojeto. Mares Guia elencou algumas das dificuldades que desafiam o turismo brasileiro, como a falta da divulgação da “Marca Brasil” no mercado turístico internacional, o combate ao turismo sexual e a flexibilização do visto para a entrada de turistas americanos. Mas afirmou que o turismo brasileiro está em franco crescimento, apresentando dados e números positivos: o desenvolvimento do

setor aéreo, o aumento na entrada de turistas estrangeiros, a melhora na relação entre todos os setores envolvidos com o turismo, na capacitação de nossos profissionais e nos investimentos em infra-estrutura.

Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil

Audiência Pública realizada em 11 de maio

Tema:

Discutir a adoção do **Código de Conduta do Turismo contra a exploração sexual** infanto-juvenil no Brasil.

Autor do Requerimento:

Deputado Ivo José

Convidados:

- Sidnei Costa, Coordenador de Turismo Sustentável e Infância, representando o Sr. Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo;

- Socorro Tabosa, Assessora, representando o Sr. Nilmário Miranda, Ministro Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos;

- Deputada Federal Maria do Rosário;

- Deputada Distrital Érika Kokay; e

- Ana Paula Felizardo, Presidente da ONG Resposta

Requerida pelo Deputado Ivo José, durante esta audiência pública foram discutidas as estratégias e políticas que o governo está adotando no combate à exploração do turismo sexual de crianças e adolescentes.

A senhora Socorro Tabosa declarou que, quanto às medidas tomadas pelo Poder Executivo, quatorze ministérios e diversos organismos nacionais e internacionais fazem parte de uma comissão para garantir a articulação e integração de ações que combatam a violência contra crianças e adolescentes. A Deputada Distrital Érika Kokay falou sobre a importância de discutirmos este tema que envolve não somente a violência sexual, mas também tráfico e relações de poder equivocadas, que atacam diretamente a auto-estima e a soberania do nosso povo. Para Kokay, este ciclo criminoso somente poderá ser rompido com o fim da impunidade e do silêncio que envolve o tema. Segundo a Deputada Maria do Rosário, este problema é detectado em todo o País, é cultural e trata-se de uma perversidade humana, explorada por redes



Dep. M^a do Rosário, Dep. E. Kokay e S. Barbosa

criminosas, que têm que ser severamente combatidas e punidas. O senhor Sidney Costa afirmou que o problema está sendo tratado pelo Governo como assunto de caráter primordial e que, com o mapeamento dos agentes que estruturam a prática do turismo sexual no País, será possível a tomada eficaz de ações combativas. Sobre o Código de Conduta do Turismo, Sidney esclareceu que a integração das medidas precisa dar atendimento também aos problemas regionais e adotar inovações quando necessário. O Deputado Ivo José falou sobre o desenvolvimento do turismo em um país que ainda precisa tomar consciência de que a violência contra crianças e adolescentes é um crime que precisa ser combatido rigorosamente. A Senhora Ana Paula Felizardo apresentou os resultados positivos que o Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual vem alcançando em Natal/RN. O Presidente, Deputado Antônio Cambraia, finalizou a reunião afirmando que a atividade turística precisa ser apontada como um setor constituído por bons profissionais. À exceção - aos praticantes e agenciadores do turismo sexual - deve ser reservada a acusação, a investigação e o combate.

Transportes Ferroviários

Audiência Pública realizada em 8 de junho



Tema:

Reativação dos transportes ferroviários em todo território nacional.

Autor do Requerimento:

Deputado Márcio Reinaldo Moreira

Convidado:

Afonso Carneiro Filho, Diretor do Departamento de Relações Institucionais, da Secretaria de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes.

O Sr. Afonso Carneiro Filho afirmou, corroborando a iniciativa do Executivo em reestruturar o setor ferroviário, que o Governo Federal deu início, em maio de 2003, ao Plano de Revitalização das Ferrovias que inclui a integração e

adequação operacional das ferrovias, a ampliação, expansão e modernização da malha ferroviária e, no âmbito do turismo, o resgate do transporte ferroviário de passageiros, como forma de promover o aumento da geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida da população do interior brasileiro e a preservação do patrimônio histórico ferroviário. Para viabilizar a implementação de futuros projetos de revitalização dos trens de passageiros, o expositor disse também que o Governo Federal deverá unir forças com o Poder Público Municipal e Estadual, com a iniciativa privada e com as OSCIPs (Organizações da Sociedades Civas de Interesse Público). No Orçamento da União de 2005 está prevista a quantia de 3 milhões de reais, destinada ao Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros. Para o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, a revitalização das antigas estações históricas do Brasil pode vir a ser o caminho que proporcionará melhoria das condições econômico-sociais nas comunidades contempladas. “A Maria Fumaça do passado pode trazer esperança para a população do interior brasileiro”, defendeu. O Presidente, Deputado Antonio Cambraia, salientou que a recuperação dos trens de passageiros tem outras motivações, que não apenas o saudosismo que envolve a questão. Para Cambraia, os trens regionais trarão também prosperidade, emprego e melhoria da qualidade de vida da população e pediu especial atenção à revitalização do trecho Fortaleza-Baturité – importante região turística do Estado do Ceará.

Internacionalização do Aeroporto de Parnaíba/PI e Protocolo de Intenções assinado entre CE, PI e MA.

Realizada em 31 de agosto

Tema:

Internacionalização do Aeroporto de Parnaíba/PI e itens constantes do Protocolo de Intenções assinado entre os governadores dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí para o desenvolvimento, em consórcio, de ações que visem o aproveitamento do potencial turístico da região.

Autor do Requerimento:

Deputado Antonio Cambraia

Convidados:

- José Reinaldo Tavares, Governador do Estado do Maranhão;
- José Wellington Barroso de Araújo, Governador do Estado do Piauí;
- Allan Pires de Aguiar, Secretário de Turismo do Estado do Ceará;
- Suzana Dieckmann, Diretora do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, do Ministério do Turismo;
- Marcia Roquete, Assessora da Presidência da Infraero;
- e
- José Amilton Castelo Branco - Prefeito de Parnaíba/PI.

Apoiada unanimemente pelos deputados presentes e pelos expositores, a iniciativa da internacionalização do aeroporto é uma forma de dar impulso ao desenvolvimento



turístico da região. O aeroporto está a 7 horas da Europa e dos Estados Unidos, podendo ser um portal de entrada para o país, além de atender diretamente a uma grande faixa, que vai dos Lençóis Maranhenses até Jericoacoara.

Por outro lado, o consórcio firmado entre os governos do Ceará, Piauí e Maranhão para o desenvolvimento da região terá agora mais condições para adequar o acordo às exigências da legislação e levar infra-estrutura para facilitar o acesso àquela área.

Com a união dos esforços de investidores nacionais e internacionais, governos estaduais, municipais e federal, esse projeto levará o desenvolvimento de todo o potencial turístico da região.

Terminais Turísticos e Marinas na Costa Brasileira

Audiência Pública realizada em 21 de setembro

Conjunta com a Comissão de Viação e Transportes

Tema:

Terminais Turísticos e Marinas na Costa Brasileira.

Autores do Requerimento:

Deputada Telma de Souza e Deputado Gilmar Machado.

Convidados:

- Paulo de Tarso Carneiro, Diretor do Departamento de Programas de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes;
- Carlos Alberto Wanderley Nóbrega, Presidente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
- Cláudio Brasil Amaral, Diretor do Instituto de Marinas do Brasil;
- José Fidélis Sarno, Diretor de Infra-estrutura do Porto de Salvador;
- Reinaldo Loureiro, Diretor da Marina/Bahia;
- Marcelo Pedroso, Secretário de Turismo de Guarujá;
- Flávio Brancato, Diretor do Terminal Marítimo de Passageiros de Santos - CONCAIS; e
- Hilton Gordilho Teixeira de Freitas, Diretor da Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado da Bahia.

Apesar do potencial para geração de emprego e renda, o setor ainda sofre com a alta carga tributária, a falta de uma legislação federal específica e a “favelização” das margens de lagos, rios e até da costa brasileira. No Brasil, a falta de políticas específicas, os baixos investimentos governamentais e uma estrutura portuária deficiente têm deixado o País atrás



de destinos como Caribe e Espanha, com faixas litorâneas bem menores.

Mas os representantes do setor de Marinas e terminais turísticos apresentaram os vários números positivos do turismo náutico e afirmaram que, com as iniciativas para o melhor aproveitamento turístico da costa brasileira, ele pode posicionar o Brasil entre os principais destinos marítimos do mundo.

Projeto Excelência em Turismo

Audiência Pública realizada em 18 de outubro.

Tema:

Excelência em Turismo: Aprendendo com as Melhores Experiências.

Autor do Requerimento:

Deputado André Figueiredo

Convidados:

- Ailton Nogueira Pereira Jr., Diretor de Turismo, Lazer e Incentivo da EMBRATUR;
- José Zuquim, Presidente da BRAZTOA;
- e
- Daniela Bittencourt, Coordenadora do Projeto SEBRAE Nacional.

O Deputado André Figueiredo (PDT-CE) sugeriu que a comissão participe do programa desenvolvido pelo Ministério do Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio



Barcelona: a quinta etapa do Projeto

às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e Associação Brasileira das Operadoras de Turismo - BRAZTOA, que realizam viagens técnicas a diversos países com a finalidade de identificar, aprender e adaptar práticas e processos reconhecidos pela qualidade e excelência em atividades ligadas ao turismo – prática conhecida como “benchmarking”.

Os expositores trouxeram informações aos parlamentares sobre os resultados positivos das etapas já realizadas na Nova Zelândia, Costa Rica, México e Peru, com a publicação de artigos, realização de oficinas, palestras e seminários para a multiplicação do aprendizado.

Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros

Audiência Pública realizada em 19 de outubro.



Severino Neto, Dep. A. Cambraia e Carlos Nuzman

Tema:

Apresentação dos Planos e Projetos dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros para o ano de 2005, e demonstração do Orçamento para os Jogos Pan-americanos Rio 2007.

Autores do Requerimento:

Deputados André Figueiredo e Antonio Cambraia

Convidados:

- Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, e
- Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro

Nesta audiência, Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico, salientou a importância do esporte como ferramenta que permite a inclusão social e o aumento

da auto-estima do esportista e pediu tratamento equânime de investimentos entre as modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Já o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman, apresentou as realizações e metas do COB para 2005 e os números do orçamento para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio-2007. Nuzman defendeu a criação de uma equipe olímpica permanente em diversas modalidades, para garantir a manutenção, renovação e preparação da equipe brasileira para os Jogos e para as próximas olimpíadas em Pequim.

Especificamente sobre a previsão orçamentária para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, o Secretário-Geral do CO-RIO declarou que o montante total será de R\$ 691.013.912,00, incluindo a construção ou melhoramento das instalações para que obedeçam às exigências olímpicas, com equipamentos de alto padrão e tecnologia de ponta, os cuidados com a segurança e a oferta de serviços e locações para a imprensa.

Alguns itens necessários, como por exemplo o funcionamento de uma emissora anfitriã de rádio e televisão, ainda estão em negociação com os entes públicos envolvidos (Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Governo Federal). Outros gastos que não estão previstos no orçamento do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio-2007, são as cerimônias de abertura e encerramento, as programações culturais e a tocha pan-americana, dentre outros. Segundo Osório, estes itens não fazem parte das responsabilidades do Comitê de Organização.

Crise da Arbitragem no Futebol Brasileiro

Promotores do Ministério Público de SP

Audiência Pública realizada em 20 de outubro.

Tema:

Crise da arbitragem no Futebol Brasileiro

Autor do Requerimento:

Deputado Silvío Torres

Convidados:

- José Reinaldo Carneiro, Promotor do Ministério Público de São Paulo, e
- Roberto Porto, Promotor do Ministério Público de São Paulo.

Primeira de uma série de audiências sobre o tema, esta audiência trouxe à Comissão os promotores do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), que fizeram um relato aos parlamentares sobre as investigações que o Ministério Público vem conduzindo acerca da crise da arbitragem no futebol brasileiro.

Estas investigações, embora tenham se iniciado em abril deste ano, levam a crer que irregularidades similares ocorrem há mais de dez anos. Os promotores encontraram indícios do envolvimento também do jogo do bicho, além do foco inicial, que eram os sites de apostas, onde o total movimentado chega a mais de trezentos mil reais por jogo.

Favoráveis ao cancelamento das partidas sob suspeita de fraude, os promotores não encontraram nenhum indício



Roberto Porto, Dep. Antonio Cambráia e J. Reinaldo Carneiro

da participação de atletas. No entanto, como há suspeita de fraudes em jogos de outros estados, os parlamentares concordaram, unanimemente, que a ampliação da investigação para o resto do país era necessária. Com novas denúncias surgindo a cada semana, os promotores consideraram que essa seria uma tendência natural, com a participação de outras regiões nas diligências.

Crise da Arbitragem no Futebol Brasileiro

Paulo José Danelon

Audiência Pública realizada em 25 de outubro.

Tema:

Crise da arbitragem no Futebol Brasileiro

Autor do Requerimento:

Deputado Silvío Torres.

Convidado:

- Paulo José Danelon, ex-árbitro.

A segunda audiência sobre a crise da arbitragem no futebol brasileiro trouxe à Câmara dos Deputados o ex-árbitro Paulo José Danelon, um dos acusados de envolvimento na manipulação de resultados de jogos.

Danelon admitiu a participação e afirmou que o primeiro contato, em setembro de 2004, veio logo após ter aceito ajuda financeira por parte do advogado Daniel Gimenes. A dívida inicial totalizava apenas R\$ 7.700,00, mas, após ter obtido resultados diversos dos combinados, aumentou e serviu como aporte para novos aques por parte do empresário Gibão e do advogado Daniel Gimenes, ambos de Piracicaba/SP. Ao contrário da



Paulo José Danelon

declaração de Nagib Fayad na CPMI dos Bingos, Danelon sustentou que a proposta de manipular jogos partiu do empresário e que, apesar de ter recebido dinheiro dele, nunca apitou uma partida com o intuito de favorecer algum time. “Nunca garanti resultado”, afirmou. O árbitro salientou também que desconhecia completamente a existência de sites de apostas e que nunca jogou e nem tem vício algum. Afirmou que Gimenes e Fayad ligavam antes das partidas e informavam em qual time apostariam. Diante das

informações do empresário, o árbitro afirmou que “torcia para que desse tudo certo, mas não manipulava os jogos e pedia a Deus para tudo acabar logo”.

Arrependido e emocionado, Danelon finalizou afirmando que se arrepende das más companhias e que nunca pretendeu colocar a sua carreira de árbitro em xeque.

“Não saio mais da minha casa de vergonha”, concluiu.

Crise da Arbitragem no Futebol Brasileiro

Marco Polo del Nero e José de Assis Aragão

Audiência Pública realizada em 27 de outubro.



Marco Polo del Nero, Dep. André Figueiredo e José Aragão.

Tema:

Crise da arbitragem no Futebol Brasileiro

Autor do Requerimento:

Deputado Sílvio Torres.

Convidados:

- Marco Polo del Nero, Presidente da Federação Paulista de Futebol, e
- José de Assis Aragão, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol.

O presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF), Marco Polo Del Nero, afirmou que as acusações feitas pelo ex-árbitro Edilson Pereira de Carvalho contra o vice-presidente licenciado da federação, Reinaldo Carneiro Bastos, podem ter sido motivadas pela decisão da federação de processar o ex-árbitro por danos materiais e morais. Edilson confessou a manipulação de resultados de jogos do Campeonato Paulista de Futebol a serviço da chamada “máfia do apito” e acusou Bastos de participar do esquema.

Em seu depoimento, Aragão acusou Edilson de ser “traidor” e defendeu a atuação dos árbitros. “Não se pode julgar o

conjunto a partir de duas laranjas podres, que já foram banidas da categoria”, definiu em referência a Edilson e ao outro árbitro assumidamente envolvido no esquema, Paulo José Danelon. Segundo o presidente da associação, Edilson ganhava R\$ 2,5 mil por partida que apitava e costumava atuar, em média, quatro ou cinco vezes por mês.

Aragão criticou a decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) de anular e repetir os 11 jogos apitados por Edilson Pereira de Carvalho no Campeonato Brasileiro deste ano. Para ele, em alguns jogos, como Santos e Corinthians, o ex-árbitro não conseguiu manipular o resultado.

Os expositores fizeram também sugestões para melhorar o nível da arbitragem nos jogos de futebol. Aragão defendeu que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) “tire do papel” a chamada Escola Nacional de Arbitragem, para unificar os critérios adotados nas partidas e sugeriu ao presidente da Comissão Nacional de Arbitragem, Edson Resende, que leve em consideração as indicações dos sindicatos e das associações na escolha dos nomes que compõem o quadro nacional de árbitros. Essas indicações já são respeitadas pela FPF.

Nero anunciou que pediu à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) a realização de um estudo psicotécnico para identificar a situação psicológica dos árbitros e saber se eles estão aptos a apitar as partidas dos campeonatos organizados pela federação.

Questionados pelo Deputado André Figueiredo (CE), tanto Aragão quanto Del Nero se manifestaram contra a utilização de equipamentos eletrônicos durante as partidas: “O árbitro tem o direito de errar, desde que seja sem a intenção de manipular o resultado da partida”, defendeu Aragão. Já Del Nero afirmou que, com a utilização de equipamentos eletrônicos, “o futebol perderia a graça”.

Crise da Arbitragem no Futebol Brasileiro

Nagib Fayad

Audiência Pública realizada em 9 de novembro.



Fayad (dir), com seu advogado

Tema:

Crise da arbitragem no Futebol Brasileiro

Autor do Requerimento:

Deputado Sílvio Torres.

Convidado:

- Nagib Fayad, empresário de apostas.

Em contraste às declarações do árbitro de futebol Paulo José Danelon, Fayad afirmou, durante esta audiência pública, que foi procurado pelos dois árbitros acusados de envolvimento no esquema de manipulação de resultados. “Danelon me procurou através de Daniel Gimenes e o Edilson me ligou pessoalmente”, afirmou o empresário. Fayad, conhecido como Gibão, garantiu que pagou ao árbitro

a quantia de trinta mil reais integralmente e que nunca ameaçou nem cobrou resultados.

Quanto ao juiz Edilson Pereira de Carvalho, o empresário chegou a citar as datas e os jogos que lhe foram oferecidos pelo árbitro. Fayad disse que perdeu muito dinheiro com estes jogos e sentia-se enganado, já que percebeu que Edilson, na verdade, não modificava em nada o andamento da partida. Diante dos resultados, Gibão desconfia que o árbitro provavelmente combinava os jogos também com outros apostadores.

Ao explicar como funcionavam as apostas, o empresário afirmou que os sites servem apenas para quantificar cotações. As apostas são feitas por telefone e os principais controladores seriam os senhores Leonardo e Armando, do Rio de Janeiro e Piracicaba respectivamente.

Declarando-se jogador compulsivo, Fayad disse que dificilmente algum apostador teria resistido à proposta de manipulação de jogos. Com a descoberta dos jogos fraudados, fez uso do direito à delação premiada desde o seu primeiro depoimento na Polícia Federal.

Crise da Arbitragem no Futebol Brasileiro

Reinaldo Rocha Carneiro Bastos

Audiência Pública realizada em 10 de novembro.

Tema:

Crise da arbitragem no Futebol Brasileiro

Autor do Requerimento:

Deputado Marcus Vicente.

Convidado:

- Reinaldo Rocha Carneiro Bastos, Vice-Presidente da Federação Paulista de Futebol.

Acusado pelo ex-árbitro de futebol, Edilson Pereira de Carvalho, de pressioná-lo para participar das fraudes nos resultados de jogos, o vice-presidente licenciado da Federação Paulista de Futebol (FPF), Reinaldo Bastos, negou envolvimento no esquema de fraudes em jogos do campeonato de São Paulo e afirmou que, frente às denúncias, a Federação tomou rapidamente todas as providências cabíveis. Entre as medidas tomadas, Bastos ressaltou a implantação de uma corregedoria, de uma ouvidoria e de uma comissão de arbitragem, que avaliará os juizes e, com frequência, emitirá relatórios sobre as condições psicológicas, aptidão e nível de estresse

durante as partidas.

O Vice-Presidente apresentou duas razões para justificar os ataques e acusações dirigidos a ele pelo ex-árbitro Edilson Pereira de Carvalho: tentativa de desviar o foco da imprensa e atacar a Federação Paulista de Futebol, que o puniu e deu entrada em ações judiciais.

Quanto ao diploma de segundo grau falso apresentado pelo ex-árbitro Edilson, Bastos contou que, quando o assunto veio à baila em 2003, foi dada ordem para que o juiz não fosse mais escalado enquanto persistisse o problema. Com a conclusão de supletivo e tendo sido aprovado em todos os testes físicos, Edilson voltou a apitar no ano passado.

Ele afirmou ainda que já ajuizou ações por danos morais contra Edilson e também deverá processá-lo criminalmente.



Reinaldo Bastos

Crise da Arbitragem no Futebol Brasileiro

Ex-árbitros da FIFA

Audiência Pública realizada em 1º de dezembro.

Tema:

Crise da arbitragem no futebol brasileiro: esclarecer possíveis irregularidades e pressões aos árbitros, exercidas por dirigentes do futebol brasileiro.

Autor do Requerimento:

Deputado Marcus Vicente

Convidados:

- Sidrack Marinho, ex-árbitro da FIFA;
- Francisco Dacildo Mourão, ex-árbitro da FIFA; e
- João Paulo Araújo, ex-árbitro da FIFA.

Nesta audiência, os árbitros foram convidados a debater sobre as pressões a que são submetidos para se manterem no quadro da FIFA e para entrarem em esquemas de corrupção e manipulação de jogos.

Sidrack Marinho declarou que a arbitragem brasileira não está passando por uma crise mas, pelo contrário, desfruta de um momento de estabilidade, que não se abala com o fato isolado ocorrido com Edilson Carvalho. O árbitro afirmou ainda que nunca foi procurado para participar do esquema de manipulação de resultados de jogos e, quanto aos erros existentes na arbitragem, disse que decorrem somente da má preparação de alguns membros da categoria. "A culpa é das Federações, que não disponibilizam cursos específicos, e da CBF, que não investe na reciclagem dos árbitros", afirmou. Disse ainda que a falta de profis-

sionalização da arbitragem e a necessidade do árbitro manter empregos paralelos não permitem que ele esteja em plenas condições para apitar, resultando em erros e até de

"fantasmas e assombrações" durante as partidas de futebol.

Por ter apresentado uma lesão menor no joelho durante um teste físico, o ex-árbitro Dacildo Mourão contou que foi substituído imediatamente por Edilson Carvalho e saiu da FIFA. Para Mourão, a crise na arbitragem brasileira atinge principalmente o futebol estadual, que conta com uma péssima estrutura e com a falta de dirigentes de federações apropriados.

Já João Paulo Araújo afirmou que manipulações de resultados são "normais" no futebol brasileiro e que regularmente é pedida a colaboração dos árbitros. Quando o árbitro resiste ao esquema, é aposentado mais cedo - como o ocorrido com ele, que foi convidado a deixar a arbitragem um ano antes do prazo determinado. "Quem denuncia o esquema pára de apitar", disse o ex-árbitro.

Araújo admitiu que foi procurado pela "Máfia do Apito" e que não aceitou participar do esquema. Na opinião dele, a causa da existência destas irregularidades é a falta de renovação dos árbitros e a não-profissionalização da categoria. Dirceu Fernandes, Presidente da Comissão de Árbitros de São Paulo em 1988, foi acusado de ser um dos autores das pressões exercidas sobre os árbitros de futebol para manipular resultados de partidas.

Sobre o sorteio das Federações na escolha dos árbitros para apitar os jogos, foi colocado que não se trata de uma prática eficiente e que os árbitros de futebol deveriam ser escalados para apitar pela capacidade e competência, e não pela sorte. A apresentação de diplomas falsos, para ser admitido na Comissão de Árbitros, foi colocada como prática comum e que é utilizada possivelmente por 20% dos árbitros da CBF. Atos racistas também foram relatados pelos ex-árbitros. Segundo João Paulo, o racismo é exercido não só pela torcida, como também pelos dirigentes dos clubes e das Comissões de Arbitragem e pelas federações.

Os depoimentos dos ex-árbitros Sidrack Marinho, Dacildo Mourão e João Paulo Araújo, encerraram as seqüência de audiências da Comissão sobre a crise da arbitragem brasileira e as fitas das seis audiências públicas realizadas foram enviadas ao Ministério Público do Estado de São Paulo.



Araújo, Marinho, Dep. A. Figueiredo e Mourão.

Calendário Escolar

Audiência Pública realizada em 23 de novembro.

Tema:

Avaliar a possibilidade da unificação do calendário escolar.

Autor do Requerimento:

Deputado Edison Andrino

Convidados:

- Senador Leonel Pavan, membro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal;
- Tânia Tereza Pasqualini, Coordenadora-geral de Monitorização de Planos, Programas e Projetos Educacionais, do Ministério da Educação;
- Olga Samways, representando o Secretário de Educação do Estado do Paraná; e
- Ricardo Luiz Ziemath, Presidente da Federação do Convention & Visitors Bureaus do Estado de Santa Catarina.

A existência de um período razoavelmente unificado para as férias escolares apresenta inúmeras vantagens, inclusive para o desenvolvimento do turismo, facilitando o planejamento das viagens familiares durante o verão, que é o

período de maiores oportunidades para o setor. Os representantes das secretarias de educação ponderaram, no entanto, sobre as particularidades regionais e culturais de cada Estado, que impede a adoção de um calendário muito rígido. O clima e a estação de colheitas, por exemplo, são fatores que devem ser levados em conta na montagem de cada calendário.

Para o Deputado Edison Andrino, a unificação das férias escolares significaria grande incentivo ao turismo nacional e este foi o primeiro passo na busca de soluções visando sanar este descompasso no calendário do ensino brasileiro.



Ziemath, Sen. L. Pavan e Dep. A. Cambraia

Paz no Esporte

Audiência Pública realizada em 24 de novembro.

Tema:

Debater a violência entre torcidas e o trabalho da Comissão Paz no Esporte, instituída pelo Ministério do Esporte.

Autor do Requerimento:

Deputado André Figueiredo.

Convidados:

- Marco Aurélio Klein, Coordenador da Comissão Paz no Esporte, do Ministério do Esporte;
- José Reinaldo Carneiro, Promotor do Ministério Público de São Paulo;
- Murilo Kieling, Juiz do JECRIM (Juizado Especial Criminal) do Maracanã
- Rodrigo Terra, Promotor do Ministério Público do Rio de



Klein, Dep. A. Cambraia, Marinho e Carneiro

Janeiro;

- Heloísa Helena Baldy dos Reis, Professora da Unicamp; e
- Tenente-Coronel Marcos Marinho, Presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Paulista de Futebol.

Durante o debate foram sugeridas alternativas para o combate a violência nos estádios de futebol, além de se procurar suas causas e responsáveis. Os expositores trouxeram informações sobre as experiências do Rio de Janeiro e São Paulo e discutiram também sobre possíveis aperfeiçoamentos na legislação brasileira para punir os infratores e prevenir novos incidentes.

Basquete

Audiência Pública realizada em 30 de novembro.

Tema:

Debater os rumos do basquete brasileiro.

Autores do Requerimento:

Deputados Sílvio Torres e Deley.

Convidados:

- Oscar Schmidt, Presidente da Nossa Liga de Basquete – NLB;
- Hortência Marcari, Diretora de Marketing da NLB.

Schmidt declarou que os atletas brasileiros vêm sendo prejudicados pela política da CBB, que proíbe a participação dos clubes que fazem parte da NLB na seleção nacional, não

repassa recursos e mantém sigilo sobre o teor dos seus contratos. Afirmou também que a disputa entre a NLB e a CBB divide e enfraquece o basquete nacional, que, sem patrocínio, não foi sequer classificado para as olimpíadas nos últimos treze anos.

Oscar sugeriu algumas mudanças na Lei Pelé, entre elas, a diminuição ou proibição da reeleição para presidente de federações de esporte e o pagamento de salário para quem ocupar o cargo.

Após ter representado o Brasil durante vinte anos na seleção brasileira, Hortência disse que assiste com tristeza a atual crise do basquete nacional. A atleta afirmou ainda que, para tentar ajudar o basquete, ofereceu-se gratuitamente para elaborar um projeto de marketing para a Confederação Brasileira de Basquete, mas sequer foi ouvida.

Oscar e Hortência declararam estar abertos a conversações, para que a CBB e a NLB busquem soluções conjuntamente.



Oscar Schmidt

Viagem a Foz do Iguaçu

De 12 a 14 de maio.

O Deputado Eduardo Sciarra convidou os membros da Comissão para conhecerem a estrutura turística e os programas desenvolvidos pelas empresas da região para fomento do turismo. Participaram da viagem os Deputados Antonio Cambraia, André Figueiredo, Cleuber Carneiro, José Militão e Marcus Vicente.

Colaboraram para esta viagem a Itaipu Binacional, Macuco Safari, Cataratas do Iguaçu S/A, Martin Travel, Hotel Bourbon, Helisul, Tucumã Engenharia Empreendimentos Ltda.



Almoço na Caixa Econômica Federal

Dia 8 de junho.

Por iniciativa da Caixa Econômica Federal, foi realizada uma reunião entre seu Vice-Presidente de Negócios Bancários, o senhor Fábio Lenza, e os membros da CTD para discutir sobre os investimentos da CEF no setor turístico.

Estiveram presentes os Deputados Antonio Cambraia, Vadinho Baião, Mariângela Duarte, Orlando Desconsi e Eduardo Sciarra.



Visita Técnica ao Pantanal

De 26 a 28 de agosto

Reunidos entre os dias 26 e 28 de agosto no Sesc Pantanal (Mato Grosso), parlamentares das Comissões de Turismo da Câmara e do Senado ouviram diversas reivindicações dos empresários integrantes da Câmara Empresarial de Turismo da CNC e resolveram criar uma agenda positiva para ser executada durante o segundo semestre de 2005 e produziram, ainda, a *Carta do Pantanal*.

Estiveram presentes os membros da CTD, os Deputados Antonio Cambraia, André Figueiredo, Alex Canziani, Ivo José, José Rocha, Luiz Bittencourt, Marcus Vicente, Orlando Desconsi, Ricarte de Freitas e ainda os Deputados Eduardo Gomes e Cezar Schirmer e Senadores Leonel Pavan e Eduardo Azeredo.

Semana do Turismo

De 26 a 30 de setembro

A Comissão, em parceria com o Ministério do Turismo, a ONGTOUR - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento do Turismo e o UNICEUB - Centro Universitário de Brasília, comemorou, no dia 28 de setembro, o Dia Mundial do Turismo.

Numerosas atividades de estímulo ao turismo no país foram desenvolvidas durante a semana de 26 a 30 de setembro, entre elas uma exposição no Salão Branco com a participação do Ministério do Turismo, do Sistema CNC/SESC/SENAC, do Instituto Estrada Real e da Magnavita e um coquetel de lançamento do Selo Estrada Real e Carimbo Comemorativo ao Dia Mundial do Turismo.



Visita às obras do Pan Rio 2007

Dia 9 de dezembro.

Com a intenção de verificar o andamento das obras e a aplicação das verbas destinadas às obras para os Jogos Panamericanos Rio 2007, foi formado um grupo de deputados, que visitaram o Estádio Olímpico João Havelange, o Maracanã, a Vila Olímpica e o Riocentro. O grupo foi composto dos Deputados Deley, André Figueiredo e Vadinho Baião.

VII CBRATUR

Dia 29 de novembro.

Com o tema "O município como vetor básico do desenvolvimento do turismo: gargalos e oportunidades", foi realizado o VII CBRATUR - Congresso Brasileiro da Atividade Turística no dia 29 de novembro, em conjunto com a Frente Parlamentar do Turismo, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado e a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Na oportunidade, foram realizados debates e oficinas que discutiram a gestão pública do turismo, os produtos turísticos e as questões orçamentárias. Gestores públicos identificaram oportunidades e recursos para o desenvolvimento do turismo em seu município, com destaque especial para a apropriação efetiva das emendas orçamentárias.



VIII Fórum Nacional de Capoeira

De 20 e 21 de dezembro.

Entre os temas debatidos durante o fórum discutiu-se a necessidade de se instituir uma Política Nacional de Capoeira e criar o Sistema Nacional de Capoeira. Assim, um ante-projeto começou a ser elaborado e deverá ser apresentado pela Comissão de Turismo e Desporto em 2006. O fórum contou com a presença de diversas autoridades do setor esportivo brasileiro, dentre elas, o Sr. André Arantes, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte, dos Deputados Apolinário Rebelo, Fernando de Fabinho e Wasny de Roure e representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Contatos com a Comissão

Endereço: Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados,
Anexo II, Ala A, Térreo, Sala T-5
CEP 70.160-900, Brasília-DF

Telefones: (61) 3216-6831 a 6837

Fax: (61) 3216-6835

e-mail: ctd.decom@camara.gov.br

Quadro Técnico

Secretária: Iracema Marques

Assistentes de Comissão: Edilson Holanda Silva e Paula Mari Mikai Nakamura

Encarregados de Setor: Maria de Fátima da Silva Palmeira Ribeiro, Márcia Cristina Abreu e Alexandre Alcides da Costa.

Assessora de Imprensa: Claudia Rita Spessatto

Assessor Técnico: Paulo Eduardo Vieira

Adolescentes: Tayllon Jefferson do Nascimento e Fábio Muniz de Araújo